

de fiscalização do Tribunal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

7 de Novembro de 2007. — O Vereador Responsável pela Direcção e Gestão dos Recursos Humanos, *José António da Costa Tomé*.
2611063222

Aviso n.º 22 574/2007

Nomeação de um bate-chapas

José António da Costa Tomé, vereador, em regime de permanência, responsável pela direcção e gestão dos recursos humanos, torna público, no uso das competências delegadas pelo presidente da Câmara em 28 de Outubro e em 10 de Novembro de 2005, ao abrigo dos artigos 68.º e 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, e para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que, por despacho de 6 de Novembro de 2007, procedeu à nomeação, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para o lugar de operário qualificado — bate-chapas, escalão 1, índice 142, do quadro de pessoal deste município, do candidato classificado em 1.º lugar no concurso aberto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 21 de Junho de 2007, João Filipe Ferreira Pinto.

O candidato dispõe de 20 dias a contar da presente publicação no *Diário da República* para se apresentar a tomar posse. (Isento de fiscalização do Tribunal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

7 de Novembro de 2007. — O Vereador Responsável pela DGRH, *José António da Costa Tomé*.
2611063265

Aviso n.º 22 575/2007

José António da Costa Tomé, vereador em regime de permanência, responsável pela Direcção e Gestão dos Recursos Humanos, torna público, no uso das competências delegadas pelo presidente da Câmara em 28 de Outubro e de 10 de Novembro de 2005, ao abrigo dos artigos 68.º e 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 35.º do Código Procedimento Administrativo, e para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que por despacho de 6 de Novembro de 2007 procedeu à nomeação, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para o lugar de operário qualificado - jardineiro, escalão 1, índice 142, do quadro de pessoal deste município, a candidata classificada em 1.º lugar no concurso aberto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 15 de Junho de 2007, Marina Isabel Pereira Jesus Matos.

A candidata dispõe de 20 dias a contar da presente publicação no *Diário da República* para se apresentar a tomar posse. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

7 de Novembro de 2007. — O Vereador Responsável pela DGRH, *José António da Costa Tomé*.
2611063259

CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO

Aviso n.º 22 576/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 5 de Novembro de 2007, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi concedido, nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o regresso antecipado ao serviço após licença sem vencimento por um ano ao funcionário do quadro deste município Carlos do Rosário Valente Alves, com a categoria de operário qualificado (canalizador), no dia 5 de Novembro de 2007.

6 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Saldanha Rocha*.
2611063261

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Edital n.º 1002/2007

Alteração de operação de loteamento — Discussão pública

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 930 em 7 de Fevereiro de 2007, em nome de Banco Comercial Português, S. A., proprietária do lote 9, do loteamento titulado pelo alvará n.º 27/92, localizado na Travessa do Campo da Telheira, freguesia de Vila Nova da Telha, com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar nos Serviços Administrativos de Obras Particulares e Loteamentos desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões por escrito no Gabinete de Atendimento Municipal ou nos Serviços de correspondência desta Câmara Municipal.

6 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*.
2611063388

Edital n.º 1003/2007

Alteração de operação de loteamento — Discussão pública

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 5503 em 10 de Julho de 2007, em nome de Construções Cunha & Filhos, L.da, proprietária do lote 6, do loteamento titulado pelo alvará n.º 13/98, localizado na Avenida Sport Clube do Castelo da Maia, freguesia de Avioso (São Pedro), com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar nos Serviços Administrativos de Obras Particulares e Loteamentos desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete de Atendimento Municipal ou nos Serviços de Correspondência desta Câmara Municipal.

6 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*.
2611063404

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Aviso n.º 22 577/2007

Discussão pública

O Dr. Bento de Fátima de Miranda Marinho, vice-presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, torna público que, para dar cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho de 19 de Outubro de 2007, procede à abertura da discussão pública do aditamento ao alvará de loteamento n.º 14/2001, emitido em nome de EDIFICARIZ — Empreendimentos Imobiliários, L.da, alterando, no lote 21, o número de pisos, ficando o lote a ser constituído por cave e rés-do-chão, mantendo-se a área de implantação de 150 m², a cave destinada a estacionamento e o rés-do-chão destinado a habitação, com a área de 150 m² por piso, sendo a área bruta de construção de 300 m² e a tipologia unifamiliar, com um fogo, e que Manuel Fernando Aguiar Vieira pretende levar a efeito no lugar de Requim, freguesia de Favões, concelho de Marco de Canaveses, a partir do dia 2 de Novembro de 2007.

O prazo para a consulta pública do loteamento urbano é de 15 dias e poderá ser consultado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, no Edifício da Câmara Municipal (Secção de Obras Particulares) e na sede da Junta de Freguesia de Favões.

Os interessados, ao apresentarem observações e sugestões sobre este documento, poderão fazê-lo no local de consulta, em requeri-